



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CÍVEL**  
R. Sorbone, 375, . - Centreville  
CEP: 13560-760 - São Carlos - SP  
Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos3cv@tjsp.jus.br

## SENTENÇA

Processo nº: **0021255-48.2012.8.26.0566**  
Classe - Assunto: **Exibição - Medida Cautelar**  
Requerente: **Segredo do Ensino da Educação Ss**  
Requerido: **Banco Santander**

Vistos.

**SEGREDO DO ENSINO DA EDUCAÇÃO SS** ajuizou ação cautelar contra o **BANCO SANTANDER S.A.**, pedindo seja instado à exibição dos contratos e/ou documentos que deram origem à emissão e cobrança dos boletos nºs 0120753987 e 0120267179, nos valores de R\$ 101,64 e R\$ 834,44, respectivamente, com o intuito de saber a origem de tais cobranças.

Citado, o requerido contestou o pedido, arguindo carência de ação e falta de pressupostos típicos da lide cautelar, bem como requereu prazo para a juntada de cópia do contrato.

Em réplica, a requerente ratificou os termos do pedido.

Deferiu-se prazo para o requerido exibir os documentos solicitados, sobre os quais manifestou-se a requerente.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

A requerente pretende a exibição de documentos que comprovem a contratação firmada com o requerido que justifiquem a emissão e cobrança dos boletos de fls.10/11.

A requerente alega que por várias vezes buscou junto à instituição informações sobre a origem dos débitos e a obtenção de documentos que os justificassem, sem obter êxito.

Tendo ou não o requerido entregue os documentos ou cópias deles em ocasião anterior, não se isenta da obrigação de fornecer outras cópias e extratos, se forem pedidas.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**3ª VARA CÍVEL**

R. Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Lembra-se precedente do extinto 1º TACSP:

"MEDIDA CAUTELAR - Exibição de documento – Ajuizamento por correntista contra Banco e objetivando as segundas vias dos extratos da conta corrente bancária - Provável utilidade da prova no processo principal a ser ajuizado - Verossimilhança do direito que decorre da própria natureza da relação de direito material - Perigo de dano não inteiramente presente, mas possível recusa do Banco decorrente do não pagamento prévio das despesas com a extração das cópias dos documentos - Liminar, no caso, deferida, mas condicionado o seu cumprimento ao prévio recolhimento das tarifas autorizadas pelo Banco Central - Recurso provido em parte." (Ag.l. 0996191-5, Relator Ariovaldo Santini Teodoro, 7ª Câmara do extinto 1º TAC, Deram Provimento Parcial, VU, J.: 20/02/2001).

O requerido na contestação se dispôs a exhibir os documentos, encartando-os nos autos.

Os contratos apresentados não indicam qual a relação com os boletos de cobrança juntados aos autos. Não bastará exhibir o contrato, mas também a planilha identificando os encargos cobrados. A requerente quer saber detalhes da cobrança, para opor-se ou não.

O réu, instado a prestar esclarecimentos e indicar o contrato que deu origem a cada boleto, solicitou várias dilações de prazo, alegando dificuldade na localização de novos documentos a fim de informar o almejado, o que foi deferido por este Juízo, sem, no entanto, trazer aos autos tais informações.

Cabe às instituições financeiras a manutenção de seus arquivos de forma ordenada e com acessibilidade suficientes aos seus clientes para a consulta, a qualquer momento, de seus extratos e demais documentos.

*Ao Banco cabe a guarda e zelo pelos dados e informações referentes às contas abertas em sua sede, devendo mantê-los a disposição de seus clientes toda vez que solicitado, e após pagamento de eventuais taxas, e não poderá o requerido se esquivar de fornecer as informações requeridas, sem uma escusa plausível, assim, o banco tem o dever de exhibir os documentos solicitados (TJSP, Apelação nº 7326162-8, Rel. Des. Heraldo de Oliveira, j. 11.03.2009).*

Na ação cautelar de exibição de documento, cabe a condenação em honorários de advogado(TJSP - AC nº 85.036.4/0 - 8ª C. Dir. Priv. - Rel. Des. Cesar Lacerda - J. 28.07.99).

Diante do exposto, **acolho o pedido** e condeno o requerido, **BANCO SANTANDER S.A.**, a exhibir os documentos pedidos por **SEGREDO DO ENSINO DA EDUCAÇÃO SS**, no prazo de trinta dias, passível de prorrogação, se houver justificativa.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**3ª VARA CÍVEL**

R. Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Responderá o requerido pelas custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, desde que demonstradas, e pelos honorários advocatícios do patrono da requerente, por equidade fixados em **15% do valor da causa, corrigido monetariamente desde a data do ajuizamento.**

P.R.I.C.

São Carlos, 20 de janeiro de 2014.

Carlos Castilho Aguiar França  
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**
**DATA**

Em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
recebi estes autos com a r.sentença supra.  
Eu, \_\_\_\_\_ (esc.subscrevi).

**PUBLICAÇÃO**

Em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
por determinação superior publico em Cartório  
a sentença supra.  
Eu, \_\_\_\_\_.